

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Correio Brasiliense*

Class.: *741*

Data: *26.08.88*

Pg.: _____

Área Yanomami será demarcada logo

João Alves assina portaria que cria ainda três reservas florestais

O ministro do Interior, João Alves Filho, assinou ontem a portaria de demarcação da área indígena Yanomami, beneficiando 10 mil integrantes daquele grupo indígena, habitantes de 120 aldeias na região. Os índios Yanomami passam a contar, agora, com 8,2 milhões de hectares de terras — quase um por cento do território nacional — assegurados para si e seus descendentes.

Alves Filho recebeu, no início da noite de ontem, o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, para assinar a portaria demarcatória dos Yanomami, que cria ainda três florestas nacionais na área: a Floresta Nacional de Roraima, com 2,6 milhões de hectares; a Floresta Nacional do Amazonas, com 1,2 milhão de hectares e o Parque Nacional do Pico da Neblina, com 1,8 milhão de hectares. Assinam também a portaria os ministros Bayma Denis, do Gabinete Militar; Iris Rezende, da Agricultura; e Leopoldo Bessone, da Reforma Agrária.

O ministro do Interior destacou a importância da demarcação Yanomami como uma resposta à comunidade nacional e internacional preocupada com a preservação daquele grupo indígena. "É mais uma demonstração da importân-

cia que o governo do presidente José Sarney dá à questão indígena", comentou Alves Filho. "Em três anos a atual administração já garantiu quase 30 milhões de hectares para os índios".

Romero Jucá explicou ainda que as florestas agora criadas funcionam como um "cinturão verde" de proteção às áreas indígenas, evitando o contato direto das frentes de desenvolvimento com a área indígena, e criando áreas de preservação ambiental. "Os Yanomami, por sua vez, têm total liberdade para usufruir e perambular por toda extensão das três florestas", assegurou o presidente da Funai.

A demarcação da área ficará a cargo do Serviço Geográfico do Exército e todos os custos correrão por conta do Projeto Calha Norte, que garante ainda recursos técnicos e humanos para a demarcação em toda a faixa da fronteira norte do País.

Dos índios brasileiros já contactados, os Yanomami são os que mais preservam sua cultura e costumes. Isto faz com que não só brasileiros mas pessoas e instituições do mundo inteiro se preocupem e opinem sobre a questão. Tanto que das 1.321 cartas recebidas pela Funai, durante um ano, de

peças ligadas à causa indígena, 829 são dirigidas aos Yanomami. O assunto, de uma maneira geral, é semelhante: solicitam a demarcação legal da área e a expulsão das companhias mineradoras de ouro, estanho e, ainda, que o Congresso Nacional, ao demarcar estas regiões, processe os criminosos que invadiram as terras indígenas.

Agora, com a efetiva demarcação da área indígena, será intensificada a fiscalização e vigilância da área, tornando rigorosa a concessão de permissão para entrada de qualquer pessoa não-índia na reserva indígena. Para isso, a Fundação Nacional do Índio conta com o respaldo da legislação, que lhe assegura o poder de polícia para atuar em defesa do índio brasileiro e, para essa proteção, conta com a colaboração do governo federal.

Ainda dentro do plano de demarcação, a Funai dá início, esta semana, nas reservas Toototobi e Alto Mucajai, ambas pertencentes à área indígena Yanomami, a segunda etapa da operação de saúde da Funai para atender aos índios dessa região. Três equipes formadas por nove pessoas darão atendimento médico-laboratorial a cerca de três mil índios numa ação preventiva de saúde.

CNBB aponta "ilhas dispersas"

"As violências contra os índios devem-se a iniciativas governamentais". A afirmação consta de nota divulgada ontem pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Os bispos denunciaram que "o retalhamento da terra dos Yanomami, demarcada em decisão tomada às ocultas", transformou as terras desses índios em "ilhas dispersas em duas florestas e um parque nacional".

O Governo segundo a nota, subtraiu dos Yanomami as porções invadidas por garimpeiros, o que está causando graves epidemias e constantes episódios de ataques armados, confi-

gurando já virtual genocídio contra este grupo indígena.

A perseguição aos missionários católicos também foi denunciada pela CNBB. "Desde o final de 1986, até o momento, foram nominalmente atingidos por atos de expulsão ou de restrição à sua atividade pastoral 18 missionários da Igreja Católica, entre sacerdotes, religiosos e leigos".

A CNBB reconhece o dever do Estado de "zelar pela integridade física e cultural dos índios", mas não aceita que se restrinja a atividade missionária. "O Governo quer que eles sejam deixados à mercê des-

ta ofensiva, privados do apoio que a Igreja, por mandato de Cristo, procura levar-lhes", diz a nota.

Lembrando que historicamente a Igreja Católica sempre atuou junto aos povos indígenas, a CNBB adverte que as "obstruções à sua atuação são inaceitáveis, injustas e ilegais". A Conferência conclama os missionários a permanecerem junto aos índios, enquanto procura obter do Governo a revogação das "imposições que consideramos arbitrárias". De acordo com a nota, "ninguém pode ser constrangido a obedecer determinações iníquas".